

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

São partes nesta “*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Terceira Emissão da Auto Ricci S.A.*” (“Escritura de Emissão”):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão (“Debêntures”) e ofertante:

AUTO RICCI S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Avenida das Indústrias, nº 612, Jardim América, CEP 87.045-360, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 00.282.862/0001-54, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”):

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araujo, nº 221, cj. 94 e 95, CEP 05428-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“Agente Fiduciário”).

- III. na qualidade de garantidora:

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS, sociedade por ações com registro de companhia aberta, categoria “A”, perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, bairro Limão, CEP 02.546-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.215.988/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Garantidora” ou “Locamerica”).

Resolvem as partes celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

1.1. A emissão das Debêntures (“Emissão”) e a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) são realizadas com base na deliberação aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, realizada em 20 de junho de 2017 (“AGE da Emissora”), que aprovou os termos e condições da Oferta Restrita (conforme definido abaixo) e a constituição da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo).

1.2. A Fiança (conforme abaixo definido) é outorgada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, realizada em 13 de junho de 2017 (“RCA Garantidora”).

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. arquivamento e publicação. A ata da AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná (“JUCEPAR”). A ata de RCA da Garantidora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. A ata da AGE da Emissora e a ata de RCA da Garantidora serão publicadas nos termos do inciso I do artigo 62 e do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”);
- II. registro e inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEPAR, nos termos do inciso II e do parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que 1 (uma) via original, devidamente registrada, deverá ser apresentada ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a data do registro. Em função da Fiança outorgada nos termos da Cláusula 6.13 abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos deverão ser registrados ou averbados, conforme aplicável, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da celebração desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, conforme o caso. A Emissora e a Garantidora comprometem-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos,

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a data do registro desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, conforme o caso. Caso a Emissora ou a Garantidora não providenciem os registros previstos neste item, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora e a Garantidora arcar com todos os respectivos custos e despesas de tais registros;

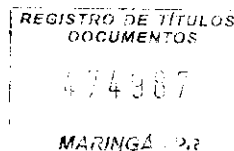
- III. depósito para distribuição, negociação e custódia eletrônica. As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, ou a instituição que vier a substituí-la ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, ou o sistema que vier a substituí-lo ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo) e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), condicionado, ainda, à observância do cumprimento, pela Emissora, das obrigações descritas no artigo 17 da Instrução CVM 476; e
- IV. registro da Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo). A Cessão Fiduciária deverá ser registrada, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo e da comarca de Maringá, Estado do Paraná, sendo que 1 (uma) via original do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo), devidamente registrada, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis após a data de concessão do registro.

2.2. A Oferta Restrita encontra-se automaticamente dispensada dos seguintes registros:

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

- I. dispensa de registro na CVM. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”). Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM; e
 - II. dispensa de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”). Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e sem a utilização de prospecto, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, condicionado à expedição, até a data de envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 9º do referido código.
3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA
- 3.1. A Emissora tem por objeto social a locação de veículos.
4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS
- 4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, para o refinanciamento de dívidas da Emissora e/ou para reforço de seu capital de giro.
5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA
- 5.1. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto, “Coordenadores”, sendo a instituição intermediária líder “Coordenador Líder”), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Terceira Emissão Pública da Auto Ricci S.A.*”,

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



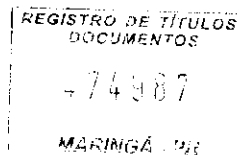
a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).

5.1.1. Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme definidos abaixo), observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

5.1.2. Nos termos da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, inclusive pela Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 (“Instrução CVM 539” e “Instrução CVM 554”, respectivamente), e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (a) “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo) apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.
- (b) “Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados (em conjunto com Investidores Profissionais, simplesmente (“Investidores”)).

5.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

5.1.4. Cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente de que, dentre outras declarações, (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise sobre constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definidas abaixo).

5.1.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, bem como não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.2. *Forma e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), em uma única data, na data de sua efetiva integralização (“Data de Integralização”).

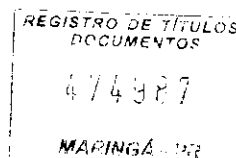
5.3. *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, pelo Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido).

5.4. *Forma de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional e de acordo com os procedimentos da CETIP.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures (conforme abaixo definido) representam a

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



3ª (terceira) emissão para distribuição pública de debêntures da Emissora.

6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (“Valor da Emissão”).

6.3. *Quantidade.* Serão emitidas 300.000.000 (trezentos milhões) de Debêntures.

6.4. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1,00 (um real) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

6.5. *Séries.* A Emissão será realizada série única.

6.6. *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.7. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.8. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

6.9. *Banco Liquidante.* O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”).

6.10. *Escriturador.* O escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão).

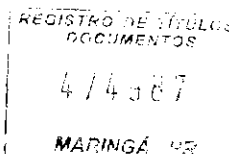
6.11. *Cessão Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora, como cedente, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebrarão, o *“Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Vinculado à Terceira Emissão de Debêntures da Auto Ricci S.A.”* (*“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”*), por meio do qual a Emissora, de forma irrevogável e irretroatável, cederá fiduciariamente e se comprometerá a ceder fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, nos termos do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil e artigo 66-B da Lei 4.728/65, em valor correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, (i) os direitos creditórios, presentes e futuros, da Emissora, decorrentes de contratos de locação celebrados com determinados clientes da Emissora, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, inclusive fiscais, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (*“Direitos Creditórios-Clientes”*); (ii) todos os direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade da Conta Vinculada (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Custodiante (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, vinculada à emissão das Debêntures, incluindo (a) o depósito de 20% (vinte por cento) dos recursos líquidos efetivamente recebidos pela Cedente oriundos da integralização das Debêntures, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, inclusive fiscais (*“Recursos da Integralização Cedidos Temporariamente”*), até a devida formalização, constituição e registro, da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios-Clientes em Garantia das Debêntures; (b) o depósito da totalidade da liquidação financeira das parcelas dos Direitos Creditórios-Clientes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (*“Direitos Creditórios-Clientes Realizados”*); e (c) as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com os recursos depositados na Conta Vinculada, incluindo todos os juros, atualização monetária, demais produtos, frutos e rendimentos (*“Investimentos Permitidos”*), bem como recursos resultantes dos resgates dos Investimentos Permitidos (*“Aplicações”*), (*“Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente”* e *“Cessão Fiduciária”*, ou *“Garantia”* respectivamente).

6.12. *Liberação do Valor de Integralização das Debêntures.* A totalidade dos recursos líquidos oriundos da integralização das Debêntures será creditada, na Data

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



de Integralização, na Conta Vinculada, observadas as condições abaixo:

- (a) 80% (oitenta por cento) dos recursos líquidos oriundos da integralização das Debêntures serão automaticamente liberados da Conta Vinculada e creditados na conta corrente de titularidade e livre movimentação da Emissora nº 13013140-9, Agência nº 0163, mantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. nº 033 (“Conta de Livre Movimentação”);
- (b) a título de constituição da Cessão Fiduciária e atendimento do Limite Mínimo Global (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), 20% (vinte por cento) recursos líquidos oriundos da integralização das Debêntures serão mantidos na Conta Vinculada, estando sujeitos aos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e poderão ser liberados à Emissora de tempos em tempos, desde que atendido o Limite Mínimo Global a ser verificado pelo Agente Fiduciário, mediante transferência para a Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), conforme procedimentos descritos abaixo.

6.12.1. Os Recursos da Integralização Cedidos Temporariamente depositados na Conta Vinculada serão transferidos à Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) (“Liberações”), à medida em que a Cessão Fiduciária relativa a cada uma das Liberações, for devidamente constituída, formalizada e registrada pela Emissora, nos termos da Cláusula 6.12.2, e observado, em qualquer caso, o Limite Mínimo Global (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios).

6.12.2. As Liberações somente serão realizadas mediante comprovação da constituição, formalização e registro da cessão fiduciária em garantia de Direitos Creditórios-Clientes em Garantia das Debêntures, cujo valor de face dos recebíveis vincendos, seja equivalente a 100% (cem por cento) da respectiva Liberação, observado, em qualquer caso, o Limite Mínimo Global (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios).

6.13. *Fiança.*

9

9

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

6.13.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas (“Fiança”), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

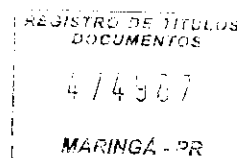
6.13.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, àquelas devidas ao Agente Fiduciário, como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures (“Valor Garantido”).

6.13.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do ambiente da CETIP.

6.13.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 794, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”).

6.13.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



6.13.6. A Garantidora, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

6.13.7. A presente Fiança é prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

6.13.8. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

6.13.9. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

6.14. *Agência de Classificação de Risco.* Foi contratada como agência de classificação de risco das Debêntures, a Standard & Poor's, tendo sido atribuído rating "A+" às Debêntures ("Standard & Poor's" ou "Agência de Classificação de Risco").

6.15. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 22 de junho de 2017 ("Data de Emissão").

6.16. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures será de 5 (cinco) anos, vencendo, portanto, em 22 de junho de 2022 ("Data de Vencimento").

6.17. *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas semestrais iguais e consecutivas, sempre no dia 22 dos meses de junho e dezembro de cada ano, correspondentes à 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, exceto pela última parcela, que corresponderá a 33,01% (trinta e três

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

inteiros e um centésimo por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo a primeira parcela devida no 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, 22 de dezembro de 2018 e a última devida na Data de Vencimento (cada qual uma “Amortização Programada”) conforme descritas na tabela abaixo:

Parcela	Percentual a Ser Amortizado
22 de dezembro de 2018	9,57%
22 de junho de 2019	9,57%
22 de dezembro de 2019	9,57%
22 de junho de 2020	9,57%
22 de dezembro de 2020	9,57%
22 de junho de 2021	9,57%
22 de dezembro de 2021	9,57%
22 de junho de 2022	33,01%

6.18. *Atualização Monetária e Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas conforme disposições abaixo, sendo certo que não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

6.18.1. A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus à remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Taxa DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na *internet* (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou *spread* de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de acordo com a fórmula abaixo (“Remuneração”).

6.18.2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração
(conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data
do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J: valor unitário da Remuneração devida no final de cada
Período de Capitalização (conforme definido abaixo),
calculado com 8 (oito) casas decimais sem
arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal
Unitário das Debêntures, conforme o caso,
informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem
arredondamento;

FatorJuros: fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação
acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas
decimais, com arredondamento, apurado da seguinte
forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI: produtório das Taxas DI da data de início do Período de
Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da
Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas
decimais, com arredondamento, apurado da seguinte
forma:

onde:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

n: número total das Taxas DI consideradas em cada
Período de Capitalização, sendo "n" um número

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

inteiro;

k: número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

TDI_k : Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k : Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

Spread: 2,1000 (dois inteiros e dez centésimos); e

DP: número de dias úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.18.3. Sem prejuízo dos pagamentos realizados em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), da Amortização Extraordinária (conforme definida abaixo) e/ou de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será devida a partir da Data de Integralização e será paga semestralmente, no dia 22 dos meses de junho e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 22 de dezembro de 2017 e o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

6.18.4. O período de capitalização da Remuneração, para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro período de capitalização (inclusive), ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais períodos de capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período (exclusive) (“Período de Capitalização”).

6.18.5. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

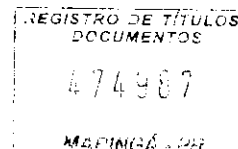
remuneração das Debêntures.

6.18.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos; ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) ("Assembleia Geral da Taxa DI") para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

6.18.6.1. Caso, após a convocação da Assembleia Geral da Taxa DI, mas, anteriormente à sua realização, cesse a impossibilidade de aplicação da Taxa DI e/ou a Taxa DI volte a ser divulgada, a convocação da Assembleia Geral da Taxa DI decairá por perda de objeto com a sua consequente não realização.

6.18.7. Na hipótese prevista na Cláusula 6.18.6 acima, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), os Debenturistas, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação reunidos na Assembleia Geral da Taxa DI, deliberarão por um novo parâmetro de remuneração ("Nova Remuneração"). Caso a Emissora não concorde com a Nova Remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, (i) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral da Taxa DI ou, caso ocorra primeiro, (ii) na Data de Vencimento, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



Remuneração relativa ao período até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será utilizado o percentual da última Taxa DI disponível;

6.19. *Repactuação*. Não haverá repactuação programada.

6.20. *Resgate Antecipado Facultativo*. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a qualquer momento a Emissora poderá a partir da Data de Integralização, a seu exclusivo critério ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"), mediante aviso aos Debenturistas (nos termos da Cláusula 6.27 abaixo), ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da respectiva data do evento ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), promover o resgate antecipado total das Debêntures, ficando vedado o resgate antecipado parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures objeto do resgate ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, objeto do Resgate Antecipado Facultativo acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo ("Saldo a Resgatar"), acrescido de prêmio ("P") incidente sobre o Saldo a Resgatar, conforme abaixo:

Valor do Resgate Antecipado Facultativo = $P \times$ Saldo a Resgatar

onde:

$P = 1,20\%$ (um inteiro e vinte centésimos por cento) *flat*, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 1º (primeiro) mês e o 12º (décimo segundo) mês da Emissão (inclusive); ou $1,00\%$ (um inteiro por cento) *flat*, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 13º (décimo terceiro) mês e 24º (vigésimo quarto) mês da Emissão (inclusive); ou $0,90\%$ (noventa centésimos por cento) *flat*, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) mês e o 36º (trigésimo sexto) mês da Emissão (inclusive); ou $0,80\%$ (oitenta centésimos por cento) *flat*, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês e o 48º

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

(quadragésimo oitavo) mês da Emissão (inclusive); ou 0,50% (cinquenta centésimos por cento) *flat*, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês até a Data de Vencimento da Emissão (exclusive); e

6.20.1. Caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra em data que coincida com qualquer data de Amortização Programada e/ou Data de Pagamento da Remuneração, o prêmio previsto nesta Cláusula 6.20 incidirá sobre o Saldo a Resgatar líquido de tais pagamentos referentes Amortização Programada e/ou Data de Pagamento da Remuneração, se devidamente realizados, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.20.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar: (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.20.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.20.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas.

6.21. *Amortização Extraordinária*. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a qualquer momento a Emissora poderá, a partir da Data de Integralização, a seu exclusivo critério ("Data da Amortização Extraordinária"), mediante aviso aos Debenturistas (nos termos da Cláusula 6.27 abaixo), ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da respectiva data do evento ("Comunicação de Amortização Extraordinária"), promover amortizações extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, ("Amortização Extraordinária"), limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a Data da Amortização Extraordinária ("Saldo a Amortizar") , acrescido de prêmio ("P") incidente sobre o Saldo a Amortizar, conforme abaixo:

Valor da Amortização Extraordinária = P x Saldo a Amortizar

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

onde:

P = 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) *flat*, caso a Amortização Extraordinária ocorra entre o 1º (primeiro) mês e o 12º (décimo segundo) mês da Emissão (inclusive); ou 1,00% (um inteiro por cento) *flat*, caso a Amortização Extraordinária ocorra entre o 13º (décimo terceiro) mês e 24º (vigésimo quarto) mês da Emissão (inclusive); ou 0,90% (noventa centésimos por cento) *flat*, caso a Amortização Extraordinária ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) mês e o 36º (trigésimo sexto) mês da Emissão (inclusive); ou 0,80% (oitenta centésimos por cento) *flat*, caso a Amortização Extraordinária ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês e o 48º (quadragésimo oitavo) mês da Emissão (inclusive); ou 0,50% (cinquenta centésimos por cento) *flat*, caso a Amortização Extraordinária ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês até a Data de Vencimento da Emissão (exclusive);

6.21.1. Na Comunicação de Amortização Extraordinária deverá constar: (i) a Data da Amortização Extraordinária (conforme definida abaixo); (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

6.21.2. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na data indicada na Comunicação de Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.22. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures (conforme definidas abaixo), conforme disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às


ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

demaís Debêntures.

6.23. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

6.24. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

6.25. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou, ainda, por meio do Escriurador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.26. *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.26.1, 6.26.2, 6.26.3 e 6.26.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pela Garantidora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.26.4 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"): 

- I. inadimplemento, por parte da Emissora ou pela Garantidora, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures, desde que não sanado no prazo máximo de 1 (um) dia útil a

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

contar da data do respectivo inadimplemento;

- II. descumprimento, pela Emissora ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme aplicável, que não seja regularizado no prazo específico para saneamento de tal obrigação, ou, na inexistência de prazo específico, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou por qualquer dos Debenturistas, individualmente ou em conjunto, ou pela Emissora ao Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;
- III. descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;
- IV. não pagamento de dívidas e/ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora ou pela Garantidora, ressalvadas aquelas descritas no item I acima, e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pela Garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso da Garantidora, valores este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que a Emissora, a Garantidora ou qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora ou pela Garantidora, conforme aplicável, seja notificada pelos respectivos credores e agentes fiduciários, conforme o caso;
- V. existência de qualquer (a) decisão ou sentença judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou (b) decisão ou sentença judicial em segunda instância, que não tenha seus efeitos suspensos e/ou cujo juízo não tenha sido garantido pela Emissora ou pela Garantidora, condenando ou determinando, em ambos os casos, pagamento, pela Emissora ou pela Garantidora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pela Garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

de reais) no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso da Garantidora, valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA, e que não seja regularizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação para cumprimento da decisão ou sentença judicial ou administrativa transitada em julgado, ou da decisão ou sentença judicial em segunda instância, que não tenha seus efeitos suspensos e/ou cujo juízo não tenha sido garantido pela Emissora ou pela Garantidora, conforme o caso;

- VI. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da Garantidora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pela Garantidora, conforme aplicável, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso da Garantidora, valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA;
- VII. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pela Garantidora, conforme aplicável, seja responsável, ainda que na condição de garantidora, e cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no caso da Emissora, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso da Garantidora, valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA, salvo se, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme aplicável, que (i) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (ii) foi apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- VIII. dissolução, liquidação ou extinção da Emissora ou da Garantidora, apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pela Garantidora, deferimento de recuperação judicial ou elaboração de plano de recuperação extrajudicial, pedido de autofalência ou pedido de falência formulado por terceiros não elidido no prazo legal, decretação de falência e/ou insolvência da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pela

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

Garantidora;

- IX. dissolução, extinção e/ou liquidação de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Garantidora (observado o disposto no item X a seguir), sem aprovação prévia por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) convocada para esse fim;
- X. cisão, fusão ou incorporação da Emissora, da Garantidora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Emissora ou pela Garantidora, que resulte na alteração de controle da Emissora, da Garantidora e/ou de sociedade por elas controlada, salvo (i) na hipótese de incorporação, pela Garantidora, de sua subsidiária Agile Car Locações Ltda. ("Agile"), sem que essa incorporação resulte na alteração do controle da Garantidora; ou (ii) se tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) convocada para esse fim; ou (iii) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;
- XI. quaisquer mudanças de controle societário, direto e/ou indireto, da Emissora ou da Garantidora;
- XII. transferência, pela Emissora ou pela Garantidora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) convocada para esse fim;
- XIII. declaração e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos (excluído o dividendo mínimo obrigatório), juros sobre capital próprio, resgate de ações, redução do capital social ou qualquer outro pagamento aos acionistas, no caso de, considerando-se tal pagamento, pro forma como

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

se houvesse sido feito na data da verificação anterior dos Índices Financeiros estabelecidos no item XXI abaixo, não serem observados os Índices Financeiros exigidos em tal data de verificação anterior, ou caso esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado ou qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado;

- XIV. Se a Emissora ou Garantidora realizarem, sem a prévia anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, direta ou indiretamente, qualquer operação ou série de operações (incluindo, entre outras, cessão, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos, contratos de mútuos) com qualquer Parte Relacionada (conforme definido abaixo), direta ou indiretamente, a menos que, no curso normal de seus negócios, a referida operação ou série de operações seja em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa ou entidade que não seja uma Parte Relacionada. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Parte Relacionada" significa a Emissora, a Garantidora, os Controladores ou quaisquer de suas afiliadas, assim como qualquer administrador ou familiar de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou familiar de qualquer das sociedades aqui referidas;
- XV. alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora ou pela Garantidora, de ativos permanentes cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA, exceto por vendas ou alienações fiduciárias de veículos, bem como cessões fiduciárias de direitos, realizadas no curso ordinário dos negócios, em condições de mercado e em conformidade com as práticas passadas da Emissora, da Garantidora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pela Garantidora;
- XVI. constituição de ônus ou gravames sobre ativos da Emissora, da Garantidora e/ou qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

pela Emissora ou pela Garantidora, exceto pelos ônus constituídos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, bem como cessões fiduciárias de direitos e alienações fiduciárias de veículos permitidas nos termos do item XV acima;

- XVII. ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem ou possam afetar de maneira adversa o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante (conforme definida abaixo), desde que, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora e à Garantidora a respeito de tal evento ou situação. Para os fins desta Escritura de Emissão, o termo "Mudança Adversa Relevante" significa: (a) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), no negócio, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora, da Garantidora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora ou da Garantidora de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão; e/ou (b) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado;
- XVIII. alteração do objeto social da Emissora ou da Garantidora, para alterar ou excluir as atividades atualmente exercidas pela Emissora e pela Garantidora, de forma que deixem de atuar como locadoras de veículos;
- XIX. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XX. redução do capital social da Emissora, exceto para fins exclusivos de absorção de prejuízos e/ou recompra, pela Emissora, de suas próprias ações para seu posterior cancelamento, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

XXI. não observância dos seguintes limites e índices financeiros pela Emissora e pela Garantidora, conforme aplicáveis, calculados com relação e às demonstrações financeiras padronizadas anuais ("DFP") da Emissora e da Garantidora, em bases consolidadas, e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados anualmente, na data de divulgação das DFP referentes ao exercício social imediatamente anterior ("Índices Financeiros"):

- (1) o quociente da divisão da Dívida Líquida da Garantidora quando do encerramento do exercício pelo EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da Garantidora não poderá ser superior a 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos);
- (2) o quociente da divisão da Dívida Líquida da Emissora pelo EBITDA da Emissora não poderá ser superior a 3,25 vezes, considerando as demonstrações financeiras da Emissora;
- (3) o quociente da divisão do EBITDA da Garantidora pela Despesa Financeira Líquida da Garantidora, ambos referentes aos últimos 12 (doze) meses, não poderá ser inferior a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos);
- (4) o quociente da divisão da Dívida Líquida da Garantidora pelo Valor da Frota da Garantidora, ambos referentes aos últimos 12 (doze) meses, não poderá ser superior a 0,80 (oitenta centésimos); e
- (5) o quociente da divisão da Dívida Líquida da Garantidora pelo Patrimônio Líquido da Garantidora, não poderá ser superior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos).

Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se:

- (A) "EBITDA" o somatório apurado em um determinado exercício social: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias (não deverão ser consideradas, para os fins de apuração do lucro/prejuízo, as despesas meramente contábeis, sem efeito no caixa, relativas aos planos de opção de compra de ações da Emissora), (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

não operacional ocorrido no mesmo período;

- (B) “Dívida Bruta” o somatório das dívidas consolidadas junto a fundos de investimento, pessoas físicas e jurídicas, inclusive dívidas contraídas nos mercados financeiro e de capitais locais e internacionais, derivativos, empréstimos e financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, além de avais, fianças e outras garantias reais e fidejussórias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, incluindo valores referentes a ações preferenciais resgatáveis e valores a pagar, líquido do saldo a receber, decorrentes de contratos de *hedge* ou outros derivativos, sendo certo que: (i) não serão consideradas no cálculo de Dívida Bruta quaisquer das operações descritas no item “2. Operações de forfait” constante do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2017; (ii) não será considerada no cálculo de Dívida Bruta a garantia fidejussória prestada pela Garantidora no âmbito desta Escritura de Emissão; e (iii) sem prejuízo do disposto no item XIII acima e de outras disposições desta Escritura de Emissão, caso quaisquer das dívidas referidas neste item (B), tenham como garantia, no todo ou em parte, recursos aplicados (a) em fundos de investimento de renda fixa; (b) em certificados de depósito bancário, com liquidez diária; somente serão considerados como “Dívida Bruta” os respectivos saldos líquidos, isto é, os valores de cada respectiva dívida que não estejam garantidos por cessão fiduciária de aplicações. Sem prejuízo do disposto no item XIII acima e de outras disposições desta Escritura de Emissão, na hipótese de uma determinada dívida ter como garantia fiduciária aplicação(ões) em valor superior ao da própria dívida, o saldo líquido dessa dívida, para cálculo da Dívida Bruta, será considerado zero;
- (C) “Caixa” saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, deduzido de quaisquer saldos em caixa ou aplicações financeiras que estejam onerados ou segregados em favor de terceiros (“Caixa Onerado”);
- (D) “Dívida Líquida” Dívida Bruta deduzido do Caixa;
- (E) “Despesa Financeira Líquida” (i) o somatório das despesas de juros, dividendos preferenciais, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, a IOF descontado de (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras, variação cambial oriunda de empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos, sendo certo que as receitas de aplicações financeiras vinculadas ao Caixa Onerado não serão consideradas neste item “(ii)”;

(F) “Patrimônio Líquido” o patrimônio líquido contábil, deduzido do valor contábil dos ativos intangíveis; e

(G) “Valor da Frota” o valor contábil do total de veículos de propriedade da Emissora e de suas controladas e coligadas consolidadas em suas demonstrações financeiras (“Sociedades Consolidadas”) (devendo ser considerado nesse valor contábil, o valor total de veículos (i) objeto de arrendamento/*leasing* da Emissora e das Sociedades Consolidadas e (ii) alienados fiduciariamente em garantia de dívidas da Emissora e das Sociedades Consolidadas.

XXII. descumprimento do Limite Mínimo Global, desde que não sejam efetuados, no prazo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, os Complementos de Garantia (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) pela Emissora;

XXIII. a constatação, a qualquer momento, de qualquer falsidade quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora ou pela Garantidora, nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme aplicável;

XXIV. a constatação, a qualquer momento, de qualquer imprecisão ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora ou pela Garantidora, nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, sem que o evento que deu causa a tal declaração ou garantia seja devidamente sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento pela Emissora ou pela Garantidora, de notificação do Agente Fiduciário neste sentido ou do recebimento pelo Agente Fiduciário de notificação da Emissora ou da Garantidora nesse sentido,

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

o que ocorrer primeiro;

XXV. na hipótese de a Emissora, a Garantidora, suas respectivas coligadas e/ou controladas, direta ou indiretamente, tentar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ou qualquer das respectivas cláusulas ou de qualquer outro contrato relativo às Debêntures, já celebrado ou que venha a ser celebrado;

XXVI. na hipótese de cancelamento de listagem da Garantidora na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros (“BM&FBOVESPA”);

XXVII. exclusivamente em relação à Emissora e à Garantidora, a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das suas atividades;

XXVIII. após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, não atendimento ao Fluxo Mínimo Mensal (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), pelo período de 2 (dois) meses consecutivos, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

XXIX. existência de violação comprovada por meio de decisão ou sentença judicial, mesmo que em primeira instância, e de indício de violação apurada por meio de instauração de inquérito ou outro tipo de investigação governamental de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento a que esteja submetida, da prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei 12.846/13”) e o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado (“Decreto 8.420/15”) e, em conjunto com a Lei 12.846/13, “Leis Anticorrupção”) pela Emissora, pela Garantidora, e por suas respectivas controladas, direta ou indiretamente;

XXX. rebaixamento do rating da Emissão concedido pela Standard & Poor's,

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

em 2 (duas) ou mais notas na classificação de risco, em escala nacional, em relação ao rating vigente na Data de Emissão;

XXXI. ceder, transferir ou de qualquer outra forma vincular, em favor de terceiro, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

XXXII. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão e/ou das Garantias e/ou de qualquer de suas disposições;

XXXIII. se as Garantias: (a) não forem devidamente constituídas e mantidas de forma válida, plena, eficaz e exequível; ou (b) de qualquer forma, deixarem de existir ou for rescindida; ou (c) com relação à Cessão Fiduciária, no caso de se tornar insuficiente, desde que não haja sua recomposição na forma determinada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

6.26.1. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (I), (III), (VIII), (IX), (X), (XI), (XII), (XVIII), (XIX), (XX) (XXIII), (XXIV), (XXIX), (XXX), (XXXI) (XXXII) da Cláusula 6.26 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independente de notificação nesse sentido, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado; ou (ii) ocorrendo os demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas da Cláusula 6.26 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.26.2 abaixo, se tal Assembleia Geral de Debenturistas não deliberar pelo não vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 6.26.3 abaixo, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas aqui referida.

6.26.2. Na hipótese de ocorrência dos eventos listados no item "(ii)" da Cláusula 6.26.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado ou do fim do período de cura, conforme o caso,

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes da data de sua realização.

6.26.3. Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.26.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, na forma da Cláusula 6.26.1 (ii), acima, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

6.26.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 6.26.3 acima, a Emissora se obriga a efetuar o pagamento Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, fora do âmbito da CETIP, em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios (exceto no caso do evento previsto na Cláusula 6.26, inciso I, caso em que os Encargos Moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido nesta Cláusula 6.26.4 seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado, observado em todos os casos os procedimentos descritos no Manual de Operações da CETIP.

6.26.5. As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.26.4 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

6.27. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que,

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados, conforme o caso, no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal "Jornal do Povo", na forma do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações ou sob a forma de "Aviso aos Debenturistas", "Comunicado ao Mercado" ou "Fato Relevante" na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"). Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e disponibilizar, nos veículos anteriormente utilizados, "Aviso aos Debenturistas" informando o novo veículo.

6.28. *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

AUTO RICCI S.A.
Avenida das Indústrias, 612 – Jardim América, parte
87. 045-360, Maringá, PR
At.: Sr. Dirley Pingnatti Ricci
Telefone: +55 (44) 3027 2222
Correio Eletrônico: dirley@riccilocadora.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº2277, conjuntos 202, Jardim
Paulistano
01.452-000, São Paulo, SP
At.: Srs. Flavio Scarpelli / Eugênia Queiroga
Telefone: +55 (11) 3030-7177
Correio Eletrônico: agentefiduciario@vortexbr.com

III. para a Garantidora:

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
Avenida Raja Gabaglia, 1781, 13º andar, Luxemburgo

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

30.380-403, Belo Horizonte, MG
At.: Sr. Marco Túlio de Carvalho Oliveira
Telefone: +55 (31) 3319-1170
Correio Eletrônico: marcooliveira@locamerica.com.br

IV. para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi
04.538-132, São Paulo, SP
At.: Luiz Petito
Telefone: +55 (11) 2740-2596
Correio Eletrônico: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

V. para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
04.344-902, São Paulo, SP
At.: Luiz Petito
Telefone: +55 (11) 2740-2596
Correio Eletrônico: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

VI. para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Al. Xingú, nº 350, 1º andar, Alphaville
06.455-030, Barueri, SP
At.: Superintendência de Valores Mobiliários
Telefone: +55 (11) 3111-1596
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

6.28.1. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

6.28.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

6.28.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.26.2 acima serão arcados pela parte inadimplente.

6.29. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento não coincidir com dia útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados declarados nacionais, sábados ou domingos. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

6.30. *Imunidade dos Debenturistas.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

7.1. A Emissora está obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) anualmente, declaração do Diretor Financeiro ou do Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão,

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

especialmente com relação aos Índices Financeiros, com demonstrativo contendo descrição das rubricas e da memória de cálculo contemplados na Cláusula 6.26, item XXI, e em caso de não cumprimento, o motivo do descumprimento;

- (b) anualmente, relatório listando todos os contratos de derivativos que a Emissora, suas controladas e coligadas tenham celebrado e estejam em vigor, incluindo seus principais termos e condições;
- (c) anualmente, relatório demonstrando o cálculo dos Índices Financeiros compreendendo a memória de cálculo e as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a verificação do cálculo dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo esse solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (d) qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que esse possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório previsto na Cláusula 8.14, item XIX, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
- (e) dentro de 3 (três) dias úteis contados da data da solicitação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.26 acima;
- (f) “Avisos aos Debenturistas”, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados prazo limite para que sejam (ou devessem ter sido) divulgados ou, se não forem divulgados, da data em que forem realizados;
- (g) informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo específico para saneamento de tal

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

obrigação, ou, na inexistência de prazo específico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea XX abaixo;

- (h) informações sobre qualquer descumprimento de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo específico para saneamento de tal obrigação, ou, na inexistência de prazo específico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea XX abaixo; e
 - (i) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário.
- II. submeter, na forma da lei, as contas e balanços consolidados da Emissora a exame por quaisquer das seguintes empresas de auditoria independente registradas na CVM: KPMG Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ou Ernst & Young Terco (“Auditor Independente”);
 - III. disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
 - IV. manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - V. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça, nos termos da Cláusula 8.14, item XII abaixo;
 - VI. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

- VII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- VIII. não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de proteção patrimonial;
- IX. notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- X. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XI. cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- XII. manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário;
- XIII. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XIV. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures, todas as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

REGISTRO DE TÍTULOS
DOCUMENTOS

6/6387

MAPINGO

- XV. cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- XVI. proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- XVII. não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim;
- XVIII. nos termos da Cláusula 4.1 acima, destinar corretamente os recursos líquidos provenientes da integralização das Debêntures;
- XIX. informar ao Agente Fiduciário imediatamente a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- XX. observado o disposto nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, atender o Limite Mínimo Global;
- XXI. fazer transitar, no Período de Verificação Mensal, o Fluxo Mínimo Mensal, observado o disposto no item XXVIII da Cláusula 6.26 acima e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- XXII. utilizar os recursos captados em função da Emissão exclusivamente em atividades lícitas;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

XXIII. envidar os melhores esforços para que seus prestadores de serviço habituais adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente e relativas a segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante a não utilização de trabalho infantil ou análogo ao escravo, se possível mediante condição contratual específica;

XXIV. contratar, previamente ao início da Oferta Restrita, às suas expensas, a Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, com relação a agência de classificação de risco: (a) mantê-la contratada, até a Data de Vencimento; (b) permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios anuais de atualização com as súmulas das classificações de risco por ela preparadas com relação às Debêntures; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco com relação às Debêntures preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora. Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja, ou seja, impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra Agência de Classificação de Risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal Agência de Classificação de Risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's Ratings; ou (ii) notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a Agência de Classificação de Risco substituta, caso esta não seja uma das Agências de Classificação de Risco indicadas no item (i);

XXV. obter e manter a classificação de risco em escala local relativa às Debêntures equivalente a "A+" atribuída pela Agência de Classificação de Risco na Data de Emissão, não podendo haver rebaixamento do rating concedido pela Standard & Poor's à Emissão, em 2 (duas) ou mais notas na classificação de risco, em escala nacional, em relação ao rating vigente na Data de Emissão;

XXVI. comunicar o Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias corridos, sobre eventual autuação pelos órgãos responsáveis pela fiscalização de normas ambientais e trabalhistas no que tange a saúde e segurança

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

ocupacional, trabalho em condições análogas a escravo e a exploração do trabalho infantil, bem como sobre a revogação, cancelamento ou não obtenção de autorizações ou licenças necessárias para o funcionamento da sede Emissora;

XXVII. manter os Debenturistas e o Agente Fiduciário indenizados contra qualquer responsabilidade que estes venham a incorrer por danos ambientais ou autuações de natureza trabalhista ou relativas a saúde e segurança ocupacional originadas pela e/ou contra a Emissora, obrigando-se a Emissora a ressarcir os Debenturistas e o Agente Fiduciário de quaisquer quantias que estes venham a efetivamente desembolsar em função de condenações ou autuações nas quais a autoridade entenda estar relacionada à utilização dos recursos financeiros decorrentes desta Escritura de Emissão;

XXVIII. informar por escrito ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis de seu conhecimento, detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção (conforme definidas abaixo) que eventualmente venha a ocorrer pela Emissora e/ou por seus respectivos dirigentes ou administradores;

XXIX. (a) cumprir e fazer com que os seus funcionários ou seus eventuais subcontratados cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção; (b) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; (c) dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; (d) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (e) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar prontamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e (f) realizar eventuais pagamentos devidos no âmbito desta Escritura de Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque;

XXX. apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da
regulamentação expedida pela CVM;

XXXI. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão
ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação
aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução
CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro
de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");

XXXII. abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio
da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, salvo nas hipóteses
previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400; e

XXXIII. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a)
revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for
necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários
sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as
informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente
relacionados com a preparação da Emissão.

XXXIV. utilizar os recursos disponibilizados pelos Debenturistas em função
deste título exclusivamente em atividades lícitas e sem prejuízo desta
obrigação: (i) cumprir as normas e leis de proteção ambiental aplicáveis
e necessárias a sua atividade, possuindo as licenças e autorizações
exigidas pelos órgãos competentes para o seu funcionamento, inclusive
no que se refere aos seus bens imóveis; (ii) cumprir todas as normas e
leis trabalhistas relevantes, incluindo as relativas a saúde e segurança
do trabalho, aplicáveis e necessárias a sua atividade; (iii) não se utilizar
de trabalho infantil ou análogo a escravo; (iv) declara que não existem,
nesta data, contra si ou contra suas controladas condenação em
processos judiciais ou administrativos que possam de alguma forma
afetar materialmente os seus negócios relacionados a infrações ou
crimes ambientais ou ao emprego de trabalho escravo ou infantil.

7.2. As despesas a que se refere a alínea XIII da Cláusula 7.1 acima
compreenderão, entre outras, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta
Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

regulamentação aplicável;

- II. emissão de certidões;
- III. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma do item XIII da Cláusula 7.1 acima será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.4. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora se obriga a, nos termos da Instrução CVM 476:

- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II. submeter suas demonstrações financeiras a Auditor Independente;
- III. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer do Auditor Independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados na alínea III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- V. observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

- VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358; e
- VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

7.5. A Garantidora está obrigada a:

- I. notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Garantidora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- II. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- III. cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- IV. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, todas as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão;
- V. cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

- VI. proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- VII. não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim;
- VIII. envidar os melhores esforços para que seus prestadores de serviço habituais adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente e relativas a segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante a não utilização de trabalho infantil ou análogo ao escravo, se possível mediante condição contratual específica;
- IX. comunicar o Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias corridos, sobre eventual autuação pelos órgãos responsáveis pela fiscalização de normas ambientais e trabalhistas no que tange a saúde e segurança ocupacional, trabalho em condições análogas a escravo e a exploração do trabalho infantil, bem como sobre a revogação, cancelamento ou não obtenção de autorizações ou licenças necessárias para o funcionamento da sede Garantidora;
- X. informar por escrito ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis de seu conhecimento, detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção (conforme definidas abaixo) que eventualmente venha a ocorrer pela Garantidora e/ou por seus respectivos dirigentes ou administradores; e
- XI. (a) cumprir e fazer com que os seus funcionários ou seus eventuais subcontratados cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção; (b) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; (c) dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Garantidora, previamente ao início de sua atuação no

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

âmbito desta Escritura de Emissão; (d) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (e) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar prontamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e (f) realizar eventuais pagamentos devidos no âmbito desta Escritura de Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada ("Instrução CVM 583"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse indicadas no artigo 6º da Instrução CVM 583;
- V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

Emissão;

- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou, na Data de Emissão das Debêntures, a regularidade da constituição da Garantia e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- IX. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- XI. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XII. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos; e
- XIII. que, para os fins do §2º do artigo 6º da Instrução CVM 583, não exerce, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, a função de agente fiduciário no âmbito de qualquer emissão de valores mobiliários da Emissora;
- 8.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso quaisquer das declarações prestadas na Cláusula 8.1 acima se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.
- 8.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento, ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer por último.
- 8.4. Nas hipóteses de impedimento, renúncia, intervenção, ou liquidação extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

(trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

8.5. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá esse comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.

8.6. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim, aplicando-se em relação à esta Assembleia Geral de Debenturistas o disposto na Cláusula 8.4 acima.

8.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

8.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 583, bem como a declaração e as demais informações previstas no artigo 5º da Instrução CVM 583 e eventuais normas posteriores.

8.9. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

Cláusula 2.1, item II acima.

8.10. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.26 acima.

8.11. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

8.12. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

8.13. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, receberá remuneração trimestral de (i) R\$3.000,00 (três mil reais), sendo a primeira parcela trimestral devida 5 (cinco) dias úteis contados da data de celebração da presente Escritura de Emissão, e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes.

8.13.1. A remuneração será devida mesmo após o vencimento da Emissão, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na defesa dos interesses dos Debenturistas.

8.13.2. O valor indicado na Cláusula 8.13 acima será atualizado anualmente pelo IPCA a partir da data do primeiro pagamento, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis* se necessário.

8.13.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

8.13.4. As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Contribuição

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

Social sobre Lucro Líquido (CSLL), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.13.5. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios. As despesas incluem, entre outras, aquelas relativas à:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e
- (c) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.13.6. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere a Cláusula 8.13.5 acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação e o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

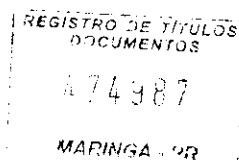
8.14. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- III. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas à Garantia e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;
- VI. promover, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na Junta Comercial e/ou nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas em seu relatório anual, acerca de eventuais inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. verificar (i) a regularidade da constituição da Garantia, mediante verificação do registro da Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, no caso do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (ii) a exequibilidade do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e (iii) o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, na forma e de acordo com os limites previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- X. examinar eventuais propostas de substituição dos Direitos Creditórios que compõe a Garantia, manifestando sua opinião a respeito do assunto de forma justificada;
- XI. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- XII. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, e às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa extraordinária na Emissora;
- XIV. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.27 acima;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



- XV. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas;
- XVII. fiscalizar o cumprimento pela Emissora e pela Garantidora, conforme aplicável, das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente em relação às obrigações de fazer e não fazer;
- XVIII. comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo obrigações relativas à Garantia, bem como qualquer outra disposição que vise proteger os interesses dos Debenturistas, indicando as consequências e as providências que pretende tomar a respeito, observado o disposto no artigo 16, II da Instrução CVM 583;
- XIX. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 583, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) cumprimento pela Emissora de suas obrigações de prestação de informações periódicas indicando eventual omissão de que tenha conhecimento;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período que tenham efeitos relevantes para os Debenturistas;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
- (i) manutenção da suficiência e exequibilidade da Garantia;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie e garantias envolvidas; (v) prazo de vencimento das debêntures e taxa de juros; e (vi) inadimplemento no período; e
- (k) declaração sobre a inexistência de situações de conflito de interesse que impeçam o Agente Fiduciário de continuar a exercer sua função no âmbito da Emissão.

XX. disponibilizar o relatório a que se refere a alínea anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos na seguintes locais: (i) na página na rede mundial de computadores da Emissora; (ii) na página na rede mundial de computadores do Agente Fiduciário; e (iii) na CVM, sem prejuízo de outras divulgações previstas em regulação específica;

XXI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, o Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os titulares de Debêntures, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

XXII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

XXIII. disponibilizar o Valor Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website; e

XXIV. divulgar as informações referidas na alínea (a) do item XIX acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

8.14.1. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou da Garantidora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora ou pela Garantidora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.14.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.15. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações.

8.16. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, em especial a aprovação, ratificação ou possível sustação do vencimento antecipado pela Assembleia Geral de Debenturistas;
- II. executar a Garantia, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência e/ou insolvência civil da Emissora;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

8.16.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (I), (II), (III) e (IV) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista na alínea (V), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.16 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação, e 8 (oito) dias em segunda convocação.

9.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.4. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

9.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.7. Para os efeitos de fixação de quorum desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures, emitidas pela Emissora, que ainda não tiverem sido canceladas, resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de até terceiro grau ("Debêntures em Circulação").

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, que deverá ser convocada formalmente pelo Agente Fiduciário, por meio de notificação à Emissora, nos termos da Cláusula 6.26 desta Escritura de Emissão, exceto nas hipóteses em que a convocação da

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

REGISTRO DE TÍTULOS
DOCUMENTOS
L74337
MAPINGA - PR

Assembleia Geral de Debenturistas for realizada pela própria Emissora.

9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

10.1. A Emissora neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

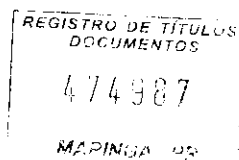
- I. a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. tem capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto e obtidas todas as licenças e autorizações necessárias;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios têm poderes bastantes para tanto, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer destes contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pela Garantia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- VI. tem, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção não possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
- VII. está cumprindo, em todos os aspectos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades;
- VIII. a Emissora e suas controladas não possuem quaisquer passivos relevantes que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas;
- IX. suas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- X. não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Profissionais nas Debêntures;
- XI. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que, em relação a ambos os itens (a) e (b), possa vir a causar Mudança Adversa Relevante na Emissora ou que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações

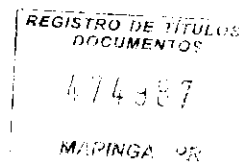
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

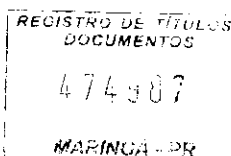
- XII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XIII. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;
- XIV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;
- XV. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XVI. seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- XVII. tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que a capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XVIII. decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



- XIX. as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures;
- XX. (i) atua em conformidade e se compromete a cumprir, na realização de suas atividades, as disposições das Leis Anticorrupção; e (ii) seus funcionários, executivos, diretores, representantes e procuradores, no melhor do seu conhecimento, não estão sofrendo investigação criminal e não estiveram sujeitos a quaisquer ações legais civis ou criminais, no país ou no exterior, por conduta inadequada, relacionados às Leis Anticorrupção;
- XXI. até a presente data, nem a Emissora e nem seus respectivos diretores, membros do conselho de administração, bem como, no seu melhor conhecimento, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em benefício de tais sociedades incorreram nas seguintes hipóteses, tendo ciência de que a sua prática é vedada para a Emissora e seus respectivos representantes: (i) ter utilizado ou utilizar recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção, conforme aplicável;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



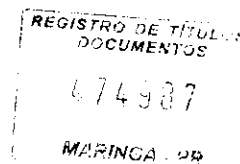
(vi) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciar o pagamento de qualquer valor indevido;

XXII. tem conduzido seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção, bem como tem instituído e mantido e, ainda, se obriga a continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia ora assumidos (conjuntamente denominadas “Obrigações Anticorrupção”) e mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento da legislação anticorrupção.

10.2. A Garantidora neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- I. a Garantidora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios;
- II. tem capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e outorgar a Fiança e a cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto e obtidas todas as licenças e autorizações necessárias;
- III. a celebração desta Escritura de Emissão, a outorga da Fiança, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Garantidora, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer destes contratos ou documentos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Garantidora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Garantidora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



- IV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;
- V. suas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada; e
- VI. o registro de companhia aberta da Garantidora está atualizado perante a CVM; e
- VII. tem conduzido seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção, bem como tem instituído e mantido e, ainda, se obriga a continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia ora assumidos (conjuntamente denominadas “Obrigações Anticorrupção”) e mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento da legislação anticorrupção.

10.3. A Emissora e a Garantidora se obrigam a informar o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 02 (dois) dias úteis, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se materialmente inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

11. RENÚNCIA

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora e da Garantidora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e pela Garantidora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

12.1. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil"), e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. ALTERAÇÕES

13.1. Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as partes.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

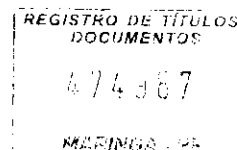
14.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

14.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.3. As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

14.4. As partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



livre, consciente e firme manifestação de vontade das partes e em perfeita relação de equidade.

15. FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 20 de junho de 2017.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes)

A stylized handwritten signature or mark, possibly a cursive 'P' or a similar flourish.

A large, loopy handwritten signature or mark, possibly a cursive 'A' or a similar flourish.

A small handwritten mark or signature, possibly a cursive '9' or a similar flourish.

A small handwritten mark or signature, possibly a cursive 'R' or a similar flourish.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

PÁGINA DE ASSINATURAS 1/4

AUTO RICCI S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



Emolumentos 188,64
Funrejus 7,88
Distribuidor 8,21
Funarpen 1,10
Microfilme 0,58

Total R\$ 203,36
VRC 1.020,00

PROTOCOLADO E REGISTRADO

LIVRO B - DIGITALIZADO

Nº 474.987

Maringá-PR, 21 de junho de 2017.

Cybele T.B.M. de Oliveira

Esc. Autorizada

Selo Digital-m5b57.RPMxD.Qvtuh; Controle: bL2J3.C5eZY
Valide o Selo Digital em <http://www.funarpen.com.br>

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

REGISTRO DE TÍTULOS
DOCUMENTOS

274987

MARINGÁ - PR

PÁGINA DE ASSINATURAS 2/4

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:

Cargo:

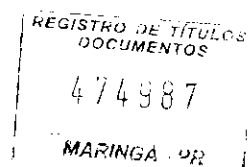
Flávio Scarpelli Souza
CPF: 293.224.508-27

Nome:

Cargo:

Ana Eugênia de Jesus Souza Queiroga
RG 15461802000-3
009.635.843-24

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.



PÁGINA DE ASSINATURAS 3/4

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Nome:

Cargo:

A handwritten signature, possibly "J. L.", written over a horizontal line. Below the signature is a rectangular box with a vertical line through it, likely a placeholder for a stamp or seal.

Nome:

Cargo:

A handwritten signature, possibly "J. L.", written over a horizontal line.

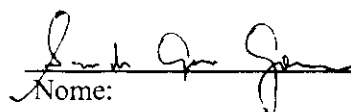
A handwritten signature, possibly "J. L.", written below the signature line.

A handwritten signature, possibly "J. L.", written on the right side of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA TERCEIRA EMISSÃO DA AUTO RICCI S.A.

PÁGINA DE ASSINATURAS 4/4

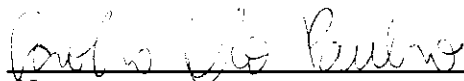
Testemunhas:



Nome:

RG.:

CPF: Sandra Aparecida Gomes
RG 28.191.920-3 SSP/SP
CPF 268.621.788-06



Nome:

RG:

CPF:

Carolina Olo Paulino
RG 54.068.756-X
CPF 390.180.798-55

P





9

